



244ª Sessão

Recurso CRSNSP nº 7117

Processo nº 15414.004518/2011-99 - Apenso: Processo Susep nº 15414.04519/2011-33

RECORRENTE: APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Capitalização. Divulgação de material publicitário/informativo em desacordo com as normas. Infração materializada. Recurso conhecido e desprovido.

PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 13.000,00

BASE NORMATIVA: Art.31, §1º, do anexo I da Circular Susep nº 365/2008.

ACÓRDÃO CRSNSP 6211/2017

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, negar provimento ao Recurso da Aplub Capitalização S/A.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Marco Aurélio Moreira Alves, Dorival Alves de Sousa e Valéria Camacho Martins Schmitke. Presentes os Senhores Representantes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Drs. José Eduardo de Araújo Duarte, Euler Barros Ferreira Lopes e Andre Luiz Carneiro Ortegá, a Secretária Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2017.

ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Melo Netto Oliveira, Presidente**, em 30/08/2017, às 23:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0065846** e o código CRC **7C802645**.



Recurso CRSNSP nº 7117

Processo nº 15414.004518/2011-99

RECORRENTES: APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

RELATÓRIO

Senhores Conselheiros,

Trata-se de Representação instaurada em face da Aplub Capitalização por ter sido apurada irregularidade na veiculação de título de capitalização na modalidade popular, denominado “Triângulo da Sorte”, ao não contemplarem nas cartelas da promoção a informação de que o consumidor estaria “cedendo o direito de resgate a uma referida instituição”, no caso, a ECOAPLUB.

Em face da divergência existente de interpretação entre os setores da SUSEP (fls.53/54), em que a instauração de processo sancionador se basearia em capitulação demasiadamente frágil, na medida em que não há vedação expressa no § 5º do art. 7º da Circular SUSEP nº 376/2008 à cessão automática do direito de sorteio do titular para o subscritor, encaminhou-se o processo para a manifestação da PRGER.

A Procuradoria Federal no Parecer de fls. 55/60 concluiu que a Sociedade de Capitalização deixou de observar o disposto no parágrafo 1º do art. 31 da Circular SUSEP nº 365/2008, ao fornecer informações incorretas ao consumidor, induzindo-o a acreditar que está recebendo um direito, quando na verdade é o consumidor que cede o direito.

Intimada às fls. 70, a Entidade na defesa de fls. 82/83 esclarece que não estava ocorrendo a comercialização de um Título de Capitalização com previsão da cessão do direito de resgate a uma Entidade, mas sim, que o Título de Capitalização era adquirido em nome da Entidade, e esta, por sua vez, realizava a cessão do direito ao sorteio ao consumidor.

Após a retificação do Termo de Representação (fls. 93/94) para corrigir o dispositivo infringido, passando a constar a infração disposta no § 1º do art. 31 da Circular SUSEP nº 365/2008, bem como para inclusão do relatório de reincidências, a Entidade restou novamente intimada as fls. 97/98, deixando de apresentar defesa.

Em parecer técnico ofertado às fls. 101/103, o DIFIS/CGJUL, opina pela subsistência da Representação, posto que analisando a cartela do título de capitalização “Triângulo da Sorte” às fls. 45v, concluiu que “a APLUB está claramente fornecendo informações incorretas, uma vez que induz a acreditar que o consumidor está recebendo um direito, quando na verdade é o mesmo quem cede o direito, tendo em vista que por definição se ele pagou pelo título é o subscritor e também titular”.

Pelo Termo de Julgamento de fls. 107, o Coordenador Geral da Coordenação-Geral de Julgamentos, julgou subsistente a Representação, aplicando a multa pecuniária no valor de R\$ 13.000,00, prevista na alínea “b”, inciso III do art. 26 da Resolução CNSP nº 60/2001.

A Recorrente interpôs tempestivamente o Recurso às fls. 118/131, requerendo a conexão do processo SUSEP nº 15414.004519/2011-33 para o julgamento em conjunto, por tratarem da mesma irregularidade na promoção “triângulo da Sorte”. Quanto ao mérito, afirma que não há que se falar na adaptação dos títulos da promoção à Circular SUSEP nº 416/2010, uma vez que a promoção em questão possui características próprias, visto que na época dos fatos a empresa utilizava a nomenclatura “doação” de forma a facilitar o entendimento do consumidor.

A douta representação da Fazenda Nacional exerce juízo positivo para o conhecimento e negativo para o provimento, consoante fls. 139/140.

É o relatório.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 26/06/2017, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023769** e o código CRC **82DC89D5**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização
Gabinete do Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva

Recurso CRSNSP nº 7117

Processo nº 15414.004518/2011-99

RECORRENTES: APLUB CAPITALIZAÇÃO S.A.

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIZ BEZERRA DA SILVA

EMENTA: Representação. Capitalização. Divulgação de material publicitário/informativo em desacordo com as normas. Infração materializada. Recurso conhecido e desprovido.

VOTO DO RELATOR

I - Mérito

Trata-se de Representação em que a Aclub Capitalização restou apenada por ter divulgado material publicitário/informativo de título de capitalização em desacordo com as normas.

Analisando o contido nos autos, observo que o processo administrativo foi instaurado em razão da Recorrente não ter adaptado os títulos de capitalização da promoção Triângulo da Sorte ao disposto na Circular SUSEP nº 416/2010, na medida em que as cartelas dos títulos não contemplavam a informação de que “o consumidor estaria cedendo o direito de resgate a uma referida instituição”, no presente caso, a ECOAPLUB.

Observa-se que o título de capitalização em referência foi aprovado pela SUSEP como pertencente à modalidade popular, em que se adota as condições padronizadas pela Autarquia (fls.10/16) e se estabelece o titular do título de capitalização como sendo automaticamente o subscritor do mesmo, exceto no caso de haver indicação expressa do titular indicando outra pessoa como subscritor.

No entanto, sendo o título da modalidade popular, em que há a cessão de resgate a alguma instituição, deve haver previsão expressa e escrita por parte do subscritor no material publicitário de que cede o direito de resgate a uma determinada instituição.

Todavia, pela leitura do item 1.2 da cartela “Triângulo da Sorte” (fls. 45v), podemos notar que inobstante conste a informação da cessão de direito, a Recorrente induz o consumidor a erro, na medida em que o item 5.1 dá a entender que o consumidor está recebendo um direito, quando na verdade é ele quem cede o direito, in verbis:

Item 5.1 – Da Cessão – A ECOAPLUB como Titular e detentora de todos os direitos decorrentes deste Título de Capitalização TRIANGULO DA SORTE adquirido e pago pelo Subscritor, e também como proprietária e Titular dos demais Títulos que proporcionam os “Sorteios Extras pelo Globo da Sorte”, **cede ao subscritor, ora cessionário, todos os direitos de participação e de contemplação nos sorteios** descritos nesta cartela de Título de Capitalização, **reservando para si os direitos de resgate**”. (g. nosso)

Portanto, como muito bem analisado pela DIRAT às fls. 51, “a forma de comercialização adotada pela sociedade está claramente divergente com o previsto pela SUSEP: no lugar de o subscritor ser o titular e ceder o direito de resgate à entidade, esta “qualifica-se” como titular e “cede” o direito de sorteio, o que não está previsto na modalidade popular”. O mesmo posicionamento é expresso pela DIRAT à fl. 15 do processo SUSEP n.º 15414.004519/2011-33 – em apenso – e pela DIFIS em Parecer de fls. 17 do referido processo em apenso.

Isto posto, sendo o consumidor o subscritor e titular dos direitos do título/sorteios, deveria este figurar como cedente e a ECOAPLUB como cessionária do direito de resgate da provisão matemática, o que não ocorre no presente caso.

Assim sendo, ante a comprovação da infração ao disposto no parágrafo 1º do art. 31 da Circular SUSEP nº 365/2008, deve ser mantida a penalidade aplicada.

II - Conclusão

1) Diante do exposto, voto por:

Conhecer o Recurso nº 7117 (processo SUSEP nº 15414.004518/2011-99) e negar provimento ao mesmo, ante a comprovação da materialidade da infração, pelas razões expostas.

É o voto.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 23/08/2017, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023777** e o código CRC **6572A247**.



Documento assinado eletronicamente por **Theresa Christina Cunha Martins, Secretário-Executivo Adjunto**, em 01/09/2017, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0074704** e o código CRC **29238D34**.

